

ADUNIOESTE
SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)
www.adunioeste.org.br

ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE DOCENTES PARTICIPARAM DE REUNIÕES EM CURITIBA PARA TRATAR DO REAJUSTE SALARIAL 2009 E DA PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DE ACESSO À CLASSE DE PROFESSOR TITULAR

Entidades representativas de docentes, integrantes do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, estiveram em Curitiba, no último dia 23 de março (segunda-feira), para tratar junto ao governo estadual do reajuste salarial 2009 e dos encaminhamentos em relação às questões pendentes da carreira docente (acesso à classe de Professor Titular, dentre outros). Para tanto as entidades participaram de três reuniões na capital do estado: 1. Reunião do Comitê em Defesa do Ensino Superior. 2. Reunião do “Grupo de Trabalho de Revisão da Carreira Docente”. 3. Audiência com representante da Seti (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior).

REUNIÃO DO COMITÊ EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR: no início da tarde, a partir das 13 horas, na Sala de Reuniões do Hotel Curitiba Palace, aconteceu a reunião do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná. A reunião tinha como objetivo preparar a participação das entidades na Audiência com a Seti e para tanto, tratou dos seguintes assuntos: 1. Informes; 2. Política Salarial 2009; 3. Encaminhamentos relativos às questões pendentes da Revisão da Carreira Docente (Acesso à Classe de Professor Titular, dentre outros). As entidades presentes na reunião aprovaram as seguintes indicações: 1. Apresentar ao governo estadual, em audiência na Seti, proposta, deliberada pelas assembleias docentes, de política salarial que contemple: a) reposição integral das perdas salariais acumuladas desde março de 1997; b) definição de uma política salarial, por parte do governo, que contemple a revisão geral anual de salários (data base) acrescida de ganho real. 2. Quanto ao acesso à Classe de Professor Titular as entidades presentes aprovaram, como indicativo, que há concordância com os termos gerais da proposta divulgada pelo governo, ou seja, com a realização do concurso público e, no caso de docentes já vinculados ao sistema estadual de ensino superior, que não haja prejuízo à aposentadoria de tais docentes e a não obrigatoriedade de realização de novo estágio probatório. Foi aprovada, também, a proposta de inquirir o representante da Seti sobre como serão operacionalizados os concursos públicos para acesso à classe de Professor titular.

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE REVISÃO DA CARREIRA DOCENTE: a partir das 14 horas, representantes de docentes, das administrações superiores e do governo, integrantes do “Grupo de Trabalho”, reuniram-se no Auditório da Seti, com os secretários de Estado Lygia Pupatto (Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e Ênio Verri (Planejamento e Coordenação Geral) para conhecer os detalhes do ante-projeto de lei que regulamenta o acesso à classe de Professor Titular. Tal ante-projeto foi enviado pelo governador à Assembléia Legislativa na semana passada, dia 18 de março (quarta-feira).

A lei estadual 11713/97, que criou a carreira dos docentes das universidades e faculdades estaduais do Paraná, previu, em seu artigo 14, que: “O acesso à Classe de Professor Titular será feito mediante habilitação em concurso público de provas, títulos e defesa de trabalho científico, podendo inscrever-se o portador de título de Doutor ou Livre-Docente há pelo menos 04 (quatro) anos e com experiência comprovada em docência no ensino superior de 04 (quatro) anos”. Entretanto, a partir de 2003, o acesso à classe de Professor titular foi praticamente inviabilizado pela reforma previdenciária, associada à jurisprudência no plano federal a respeito do Professor Titular.

A reforma previdenciária, realizada pelo Governo Lula (Emenda Constitucional nº 41/2003), estabeleceu um regime previdenciário mais restritivo para os que ingressarem no serviço público, a partir de sua promulgação. A jurisprudência no plano federal, a respeito da Classe de Professor Titular considera que: o cargo de Professor titular é um cargo isolado dentro da carreira docente; o acesso a tal Classe dar-se-á exclusivamente por concurso público; mesmo que o docente aprovado em concurso público para professor titular seja professor da mesma instituição deve demitir-se para assumir o novo cargo e assim submeter a novo estágio probatório e, portanto, ser enquadrado no novo regime previdenciário decorrente da reforma previdenciária de 2003. Desta forma muitos colegas docentes, já aprovados em concurso para Professor Titular, não assumiam o cargo em função dos prejuízos trabalhistas e previdenciários.

A proposta formalizada pelo governador, resultante das discussões e do consenso estabelecido pelos integrantes do “Grupo de Trabalho de Revisão da Carreira Docente” prevê que o professor pertencente à carreira do magistério público superior do Paraná, ao ser aprovado em concurso público para a classe de Professor Titular, poderá, para efeitos previdenciários, manter a sua matrícula de servidor original, não sofrendo prejuízos na contagem de tempo para aposentadoria. Além disso, não

será necessário pedir demissão e cumprir novo estágio probatório quando do acesso à classe de Professor Titular (Cf. <http://www.aenoticias.pr.gov.br/uploads/0a09018a-fac4-6711.doc>).

Atenção: num próximo informativo enviaremos para o conhecimento de todos os colegas docentes o texto do ante-projeto de lei que regulamenta o acesso ao cargo de Professor Titular.

AUDIÊNCIA NA SETI: a partir das 16 horas teve início reunião das entidades representativas de docentes, integrantes do Comitê em Defesa do Ensino Superior, e o Diretor Geral da Seti, prof. Jairo Pacheco. A Audiência tinha como objetivo tratar da política salarial 2009 e dos encaminhamentos em relação às questões pendentes da carreira docente (acesso à classe de Professor Titular, dentre outros). As entidades presentes apresentaram a pauta quanto à política salarial, resultante das deliberações de assembléias docentes. O Diretor Geral da Seti, prof. Jairo Pacheco, informou que o governador já anunciou que pretende implantar o reajuste salarial, decorrente da data base (1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2009), ao conjunto dos servidores estaduais do Paraná, incluindo os docentes. A Lei Orçamentária/2009 prevê recursos para a data base. Entretanto, a implantação de tal reajuste é condicionada à disponibilidade financeira do Estado (arrecadação tributária).

De acordo com o Diretor Geral da Seti o governo tem realizado algumas reuniões para discutir o possível impacto da crise econômica em relação às finanças do Estado. Em tais reuniões, o secretário do Planejamento e Coordenação Geral (Énio Verri) tem afirmado que na sua avaliação a arrecadação tributária deve manter-se estável (sem crescimento e sem queda). O estado deve executar o mesmo orçamento do ano passado. A Secretaria de Fazenda avalia que todo o ano, mesmo sem reajuste salarial, há um crescimento vegetativo da folha de pagamento de 2% a 3%, em função, dentre outros fatores, de promoções dos servidores. Para a Secretaria da Fazenda, esse crescimento vegetativo, associado à estabilização da arrecadação tributária, pode contribuir para que o gasto com o pessoal atinja o percentual máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o raciocínio da Secretaria da Fazenda, qualquer possibilidade de aumento do gasto com pessoal deve ser postergada. Entretanto, de acordo com o Diretor Geral da Seti, a decisão do governador de enviar à Assembléia Legislativa o ante-projeto de lei que regulamenta o acesso à Classe de Professor Titular, é um indicativo claro que o governador compartilha da mesma avaliação do Secretário do Planejamento a respeito do comportamento das receitas do Estado, em contraposição à Secretaria da Fazenda.

De acordo com o Diretor Geral da Seti, o governador tem afirmado “que para a melhor educação do país, os melhores salários”. Tal afirmação, de acordo com o prof. Jairo Pacheco, revela a disposição do governador em continuar melhorando o salário dos professores do Paraná, incluindo os universitários. Os representantes docentes questionaram o prof. Jairo Pacheco sobre a possibilidade de representantes dos docentes, do governo e das administrações superiores iniciarem o debate de algumas alternativas para a melhoria dos salários docentes, que impliquem em ganhos reais, para além da reposição da inflação acumulada no último ano. O Diretor Geral da Seti afirmou que no seu entendimento, há possibilidade de se discutir alternativas de ganhos reais aos docentes. Entretanto, a discussão de tais alternativas deve ocorrer somente após a implantação do reajuste geral para o conjunto dos servidores estaduais, a partir do 2º semestre. Questionado a respeito da forma como serão operacionalizados os concursos para contratação dos Professores Titulares, o prof. Jairo Pacheco afirmou que as universidades, no caso da existência de vagas, deverão definir o critério da contratação por meio do edital de concurso. Se determinado Departamento tem direito à contratação de um novo professor, poderá optar pela abertura de concurso para contratação de Professor Titular ou de Adjunto, por exemplo. Ao final da Audiência as entidades representativas de docentes presentes manifestaram a sua disposição em continuar discutindo com o governo estadual possibilidades que permitam ganhos reais à categoria docente, para além da reposição da inflação acumulada no último ano. O Diretor Geral da Seti afirmou que há disposição do governo para continuar debatendo possíveis melhorias salariais aos docentes e que a boa avaliação das IEES/PR nos Exames Nacionais de Curso e o envolvimento das IEES com a implementação de políticas do estado são aspectos positivos a serem levados em conta.

Após a realização da Audiência com a Seti, as entidades representativas de docentes, presentes em Curitiba, avaliaram que houve da parte do Diretor Geral da Seti a indicação da intenção do governo de continuar dialogando com representantes de docentes e das administrações superiores sobre alternativas de melhoria salarial, além da reposição da inflação acumulada no último ano. Entretanto, cabe aos docentes, por meio de sua organização coletiva, estabelecer uma correlação de forças que transforme a intenção em gesto, a promessa em proposta concreta.

ADUEM – Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá

ADUNICENTRO – Sindicato de Docentes da Unicentro – Seção Sindical do Andes – Sindicato nacional

ADUNIOESTE - Sindicato de Docentes da Unioeste – Seção Sindical do Andes – Sindicato nacional

SINDUEPG - Sindicato de Docentes da UEPG – Seção Sindical do Andes – Sindicato nacional

SESUEM - Sindicato de Docentes da UEM – Seção Sindical do Andes – Sindicato nacional